

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0009046-60.2003.8.17.0001 (0230661-6)
COMARCA: RECIFE
VARA: 1ª VARA DO JÚRI
APELANTE: SÉRGIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: DR. NAPOLEÃO JOSÉ FELIPE
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NÃO OCORRÊNCIA. MATERIALIDADE DO CRIME E AUTORIA SOBEJAMENTE DEMONSTRADAS. DESCRIMINANTE DE LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA CONSUBSTANCIADA APENAS NA VERSÃO APRESENTADA PELO RÉU, O QUE NÃO FOI CORROBORADO PELAS TESTEMUNHAS INQUIRIDAS. DECISÃO DO JÚRI POPULAR EM CONFORMIDADE COM ELEMENTOS COLIGIDOS AO FEITO. SOBERANIA DOS JULGADOS DO TRIBUNAL POPULAR. RECURSO NÃO PROVIDO DE FORMA UNÍSSONA.

1 – Deve-se respeitar a decisão do Conselho de Sentença sob pena de afronta à soberania do júri popular, somente cabendo anulação dos julgados daquele colegiado, por alegação de manifesta contrariedade à prova dos autos (art. 593, III, d, CPP), quando a decisão é absurda, escandalosa e totalmente divorciada do conjunto probatório. Se a decisão popular tem respaldo nas provas coligidas ao feito, que, em sua maioria, confirmam a autoria imputada ao acusado e o fato de estar este desamparado pela discriminante de legítima defesa, é vedado ao Órgão de Segundo Grau cassá-la.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

2 – A decisão do Tribunal do Júri, soberana, é regida pelo princípio da livre convicção e não demanda fundamentação pelo art. 93, IX, da CF. Precedentes do STJ.

3 - Estando a discriminante amparada apenas nas palavras do próprio réu, inexistindo outros elementos capazes de confirmar a versão apresentada por aquele, enquanto a versão da acusação está corroborada pelas declarações da testemunha presencial, que, embora inquirida apenas na fase inquisitorial, teve seu depoimento confirmado pelas testemunhas de acusação inquiridas em juízo e pelo resultado da perícia tanatoscópica, deve ser mantido o veredicto condenatório.

4. Apelo desprovido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Recurso de Apelação Criminal nº 0009046-60.2003.8.17.0001 (0230661-6)**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 21.03.2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0009046-60.2003.8.17.0001 (0230661-6)
COMARCA:	RECIFE
VARA:	1ª VARA DO JÚRI
APELANTE:	SÉRGIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO:	DR. NAPOLEÃO JOSÉ FELIPE
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação criminal interposto por **Sérgio Francisco da Conceição** contra a decisão do Conselho de Sentença, formado nos autos da ação penal nº. 0009046-60.2003.8.17.0001, que lhe foi proposta perante a 1ª Vara do Júri da Capital, que o condenou à pena de 11 (onze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, IV¹, do CPB (fls. 236/238).

Narra a denúncia de fls. 03/05, recebida em 05/06/2003, que, em 29/03/2003, por volta das 19 horas, na Rua da Escada, nas proximidades da ladeira do alto da Bela Vista, no bairro do Totó, nesta Capital, o apelante,

¹ Art 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

§ 2º Se o homicídio é cometido:

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

munido de pistola 7.65mm, desferiu disparos contra Evaldo José da Luz, provocando-lhe a morte, como se infere da perícia tanatoscópica de fls. 75/75v.

Narra ainda a peça atrial que o ofendido, estando no referido local foi ao encontro de conhecidos que, naquela ocasião, brigavam, visando apartá-los, momento em que chegou o apelante, que tinha o costume de andar armado, iniciando uma conversa com a vítima, com a qual já possuía desavença anterior. Ocorre, porém, que num instante de descuido, a vítima se virou e o apelante sacou sua pistola e efetuou um disparo em direção àquela, ceifando-lhe a vida.

Em suas razões de apelação, de fls. 242/244, pretende o apelante a reforma do julgado, com fundamento no art. 593, III, "d" ², do CPP, por entender ser a decisão do Conselho de Sentença manifestamente contrária à prova dos autos.

Em sede de contrarrazões, às fls. 247/250, o Ministério Público estadual requer a manutenção da decisão soberana do Júri em todos os seus termos.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às fls. 261/265, opinou pelo não provimento do recurso.

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

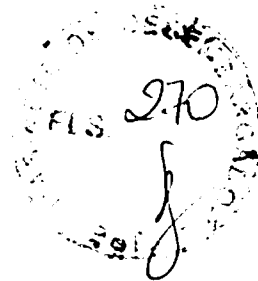
² Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: (Redação dada pela Lei nº 263, de 23.2.1948)

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando: (Redação dada pela Lei nº 263, de 23.2.1948)

d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos. (Redação dada pela Lei nº 263, de 23.2.1948)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



O réu responde ao processo em liberdade.

Em seguida, vieram os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 31.05.2011

Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0009046-60.2003.8.17.0001 (0230661-6)
COMARCA:	RECIFE
VARA:	1ª VARA DO JÚRI
APELANTE:	SÉRGIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO:	DR. NAPOLEÃO JOSÉ FELIPE
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO

Conforme relatado, a insurgência do apelante resume-se à alegação de manifesta contrariedade da decisão dos jurados com a prova dos autos.

Inicialmente, cabe mencionar que, por força constitucional (art. 5º, "c", XXXVIII, CF/88), deve-se respeitar a decisão do Conselho de Sentença sob pena de afronta à soberania do júri popular, somente cabendo anulação dos julgados daquele colegiado, por alegação de manifesta contrariedade à prova dos autos (art. 593, III, d, CPP), quando a decisão é absurda, escandalosa e totalmente divorciada do conjunto probatório. Se a decisão popular tem respaldo em uma das versões existentes no feito, é vedado ao Órgão de Segundo Grau cassá-la.

Observa-se do feito que a tese da acusação está apoiada nos elementos coligidos ao processo, permitindo que o veredicto condenatório não seja considerado arbitrário. Senão vejamos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



A materialidade do crime está consubstanciada na perícia tanatoscópica, em que ficou demonstrada a morte violenta da vítima (fls. 31/31v).

No pertinente à autoria das lesões, depreende-se dos autos que o apelante não nega que as tenha produzido, sustentando ter agido amparado por eventual excludente de ilicitude da legítima defesa.

Ao ser interrogado na fase policial (fl. 18), o acusado informa que, no dia 29/03/2003, desceu de sua casa com uma pistola na cintura e, aproximando-se do ofendido, deste indagou o porquê de toda vez investir contra si, alegando, ainda que a vítima se encontrava com uma faca na cintura. Aduz, também, que, no meio da conversa, a vítima deu-lhe as costas e mandou que atirasse nele e, ao desvirar-se, foi logo puxando a faca, então o réu sacou a arma e atirou contra aquela.

Ocorre que o ofendido sequer chegou a ficar frente a frente com o acusado, porquanto atingido por um projétil de arma de fogo, na altura do palato direito, ou seja, na lateral direita do rosto, pouco acima do queixo, como se infere das fotografias de fl. 32.

Além disso, naquelas declarações ficam claras a intenção do acusado em agredir o ofendido, porquanto já saiu de casa no intuito de ir provocar a vítima.

Em Juízo, o acusado apresenta outra versão, desta feita, atribuindo possível provocação inicial à vítima, como se infere do excerto a seguir:

"(...) que é parcialmente verdadeira a imputação que lhe é feita; que na verdade o revólver foi um calibre 38; que havia adquirido a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



arma na feira do troca de Cavaleiro, há algumas semanas; (...) que ia para o Totó, para um aniversário e, ao descer a ladeira, já próximo avistou a vítima, quando esta se levantou e disse: "ei fera, vem cá, vamos acertar as contas?"; que o acusado atendeu e ao aproximar-se a vítima fez menção de sacar a faca que trazia consigo, colocando a mão no cabo, chegando a puxar a faca; que o interrogando sacou da arma e efetuou um só disparo, soltando a arma e indo embora; que quando disparou estava mais ou menos a um metro da vítima; que não sabe onde atingiu a vítima; (...)”
(fls. 229/230 – sessão plenária do júri)

Além das contradições ora observadas nas declarações do apelante, nenhuma das testemunhas apresentadas pela defesa confirma sua versão, corroborando apenas a culpa imputada ao apelante e a desavença existente entre este e a vítima, como se constata dos depoimentos de fls. 142 e 164/166.

Por sua vez, a testemunha presencial do evento, CLEBSON JOSÉ BATISTA DOS SANTOS (fl. 16), a qual não foi localizada para inquirição em Juízo, ao ser ouvida na seara inquisitorial, assim se pronunciou:

"(...) Que no dia 29.03.2003, num sábado, por volta das 20:00 horas da noite, estava conversando com um grupo de amigos, estando seu irmão o DIÓGENES, que reside no mesmo local, quando apareceu o VADO, de bicicleta e ficou conversando, depois apareceu o conhecido como SÉRGIO, morador da região, , com uma arma na mão, pois era como de costume andar armado, (...); Que esse Sérgio apareceu aproximou-se do grupo com a arma na mão, indo ao encontro de VADO, tendo o Vado perguntado porque ele estava com a arma na mão? Respondeu o Sérgio dizendo que era porque ele estava com uma faca, então o Vado levantou a camisa e mostrou que não estava armado com nenhuma faca e quando o Vado deu bobeira, olhando para o outro lado, o Sérgio



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



apontou a arma na cabeça e atirou contra o VADO, o matando, depois subiu a ladeira andando com a arma na mão, (...)"

A despeito de não ter havido confirmação do referido depoimento em juízo, as declarações dos irmãos da vítima corroboram o que lhe foi noticiado por aquele, aduzindo inclusive que a mencionada testemunha visual afirmou na delegacia que a vítima não estava armada e que foi o acusado o autor do fato, como se infere às fls. 129/130.

Outrossim, também não logrou êxito o apelante em demonstrar a inverdade dos depoimentos das testemunhas, os quais não podem ser desconsiderados apenas pelo fato de serem irmãos do ofendido.

Assim, não se pode falar que a versão da acusação não esteja consubstanciada na prova coligida aos autos, quando nestes há elementos suficientes para comprovar a autoria delitiva e afastar a aduzida excludente de ilicitude da legítima defesa, especialmente se somados aos depoimentos das testemunhas de acusação, o resultado da perícia tanatoscópica e por não ter o apelante confirmado por outras provas que agiu sob o amparo da legítima defesa.

A decisão do Tribunal do Júri, soberana, é regida pelo princípio da livre convicção, e não demanda fundamentação pelo art. 93, inciso IX, da CF.

Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO COM FUNDAMENTO NO ART. 593, III, D, DO CPP.

CF
7



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. VÍCIOS NÃO-CONFIGURADOS. VALORAÇÃO PELO TRIBUNAL DE APELAÇÃO DOS ELEMENTOS DE PROVA QUE AMPARARAM A OPÇÃO DO JÚRI POPULAR POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS. IMPOSSIBILIDADE. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A anulação do julgamento pelo Tribunal do Júri sob o fundamento previsto no art. 593, III, d, do Código de Processo Penal exige que o veredicto atente contra as evidências dos autos, revelando-se incoerente e arbitrário, sem nenhum respaldo no conjunto probatório. 2. Constatado que o Conselho de Sentença entendeu suficientes as provas produzidas pela acusação para proferir o veredicto condenatório, descabe ao Tribunal de Justiça revalorá-las com o fim de anular o processo por decisão manifestamente contrária à prova dos autos. 3. Recurso especial provido para restabelecer a decisão do Tribunal do Júri." (REsp 1.021.611/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES DE LIMA, Quinta Turma, DJe 30/3/09)

Assim, estando a decisão dos jurados em conformidade com as provas coligidas ao feito, inexistente razão para nulidade do julgamento, devendo ser mantida a decisão colegiada sob pena de afronta à soberania do Júri Popular.

Por todas essas razões, **voto pelo não provimento** do apelo, mantendo a decisão impugnada em todos os seus termos.

Recife, 21.03.2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0009046-60.2003.8.17.0001 (0230661-6)
COMARCA: RECIFE (1ª VARA DO JÚRI)
APELANTE: SÉRGIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: DR. NAPOLEÃO JOSÉ FELIPE
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR: DES. NIVALDO MULATINHO FILHO

VOTO DE REVISÃO

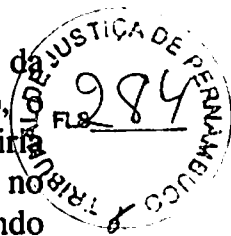
SÉRGIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO, qualificado às fls. 03, recorreu do Conselho de Sentença da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Recife, que o condenou à pena de 11 (onze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal (homicídio qualificado), fls. 236/238.

Em síntese, narra a Denúncia de fls. 03/06 que, no dia 29 de março de 2003, por volta das 19:00 horas, na Rua da Escada, nas proximidades da Ladeira do Alto da Bela Vista, bairro do Totó, nesta cidade, o denunciado **SÉRGIO FRANCISCO DA CONCEIÇÃO**, munido de uma pistola 7.65mm, devidamente apreendida, assassinou barbaramente a vítima **EVALDO JOSÉ DA LUZ**, causando-lhe as lesões mortais descritas na certidão de óbito de fls. 08 dos autos e laudo tanatoscópico (fl.31).

Consta, ainda, na peça acusatória, que no dia do fato delituoso, a vítima Evaldo saiu da sua residência por volta das 19:00 horas, com sua bicicleta e ao subir a ladeira do Alto da Bela Vista, foi ao encontro de conhecidos que na ocasião discutiam, tendo inclusive apartado dois irmãos que brigavam, momento em que chega o denunciado **SÉRGIO**, que tinha o costume de andar armado, o qual começou uma conversa com a vítima Evaldo, em razão de desavenças anteriores.

1

Notícia, também, a peça inicial, conforme declarações da testemunha Clebson José Batista que, um dia antes do fato delituoso, denunciado SÉRGIO compareceu em frente a sua casa e informou que iria pegar o Vado, portando um revólver na cintura. Afirmando ainda que, no dia do assassinato, Sérgio aproximou-se do grupo com a arma na mão, indo ao encontro da vítima, tendo na ocasião a mesma perguntado porque ele estava com aquela arma na mão, afirmando o denunciado que era porque ela estava com uma faca. Então a vítima levantou a camisa e mostrou que não estava armada. Contudo, estando a vítima distraída e ao virar-se o denunciado SÉRGIO a surpreendeu, sacou sua pistola e efetuou disparo ceifando a sua vida, não tendo a mesma qualquer chance de defesa, tendo em seguida subido a ladeira como se nada tivesse acontecido e afirmado conforme declarações das testemunhas, que haviam mais dois para morrer.



Relata, ainda, a Denúncia, que dias antes do fato delituoso, o denunciado SÉRGIO tentou namorar uma sobrinha da vítima chamada PAULA, de 15 anos, o que fez a vítima EVALDO tomar satisfações com o denunciado.

Nas Razões de Apelo (fls. 242/244) o Advogado do recorrente pugna pela anulação do julgamento, argumentando que a Decisão do Conselho de Sentença foi contrária as provas dos autos (art. 593, III, “d”, do CPP). Alega que todas as acusações e afirmações sustentadas pela Promotoria fundamentam-se na fase inquisitória.

O Ministério Público de 1º grau (fls. 247/250), em suas Contrarrazões, pugna, pela manutenção da decisão hostilizada, em todos dos seus termos.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, em seu parecer (fls. 261/265), opinou pelo improvimento do recurso.

É necessário salientar que a anulação do julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, conforme preceitua o Art. 593, III, “d”, do CPP, só é possível na hipótese em que a decisão resta manifestamente dissociada do conjunto probatório carreado aos autos, tendo em vista a soberania constitucional dos julgados do Tribunal Popular, como resguardado no texto da CF (Art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “c”).

Observe que, restou provada a materialidade do fato delituoso descrito na Denúncia, consoante perícia tanatoscópica de fl. 31.

Quanto à autoria delitiva, esta foi confessada pelo recorrente, (fls. 44, 102 e 229), durante o inquérito policial, em juízo, e no plenário do júri, tendo o mesmo alegado que agiu amparado pela discriminante da legítima defesa.



No caso em análise, a conclusão do Tribunal do Júri foi de reconhecimento da culpa e da qualificadora contida no § 2º, inc. IV do art. 121 do Código Penal.

A tese acusatória está baseada nas provas carreadas aos autos, não sendo a decisão isolada do conjunto probatório.

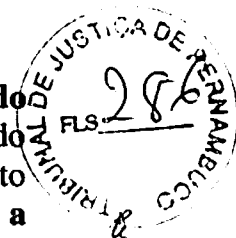
Não assiste razão o Apelante, devendo a sentença condenatória dos autos ser mantida em todos os seus termos.

O que se observa da análise dos autos é que, a versão apresentada pelo acusado não encontra respaldo nas provas contidas no feito, sobretudo, no que diz respeito haver praticado o crime em legítima defesa própria. Algumas informações prestadas durante os interrogatórios são contraditórias, conforme trechos transcritos a seguir:

“(...) pelos motivos desse EVALDO, conhecido como VADO, toda vez que lhe via, lhe agredia e ameaçava, sempre com uma faca na cintura, inclusive no ano passado esse VADO já havia lhe dado um soco no rosto e que na semana que antecedeu ao crime, quando ia subindo de moto a ladeira, esse Vado ficou em sua frente e segurou a moto, tirando onde consigo, na frente de todos, ficou aborrecido e no dia vinte e nove de março, desceu de sua casa com a pistola 765, de propriedade do filho de um senhor que reside na vizinhança, Sr. Hélio, seu filho chamado SANDRO, que vai à sua casa frequentemente, foi quando esse Sandro certo dia chegou embriagado na casa do Sr. Hélio e ele foi em sua casa e pediu para que guardasse a arma do Sandro, então a guardou e como estava aborrecido com o Vado, desceu com essa arma, que a arma estava na cintura, aproximando-se do Vado e perguntando o porquê toda vez que lhe vê investe contra ele? (...)”. Interrogatório em sede policial, fl. 44.

“(...) que no dia do fato, por volta das 20 horas, o interrogando ia passando casualmente pelo local descrito na denúncia; que realmente tinha ocorrido uma desavença entre pessoas de uma mesma família; que

quando o interrogando passava pelo local foi abordado pela vítima; que a vítima era pessoa conhecida do interrogando e já por duas vezes anteriormente ao fato narrado na denúncia tinha agredido o interrogando; que a vítima ao abordar o interrogando foi logo sacando uma faca, que sempre carregava consigo; que, então, o interrogando para se defender, sacou de um revólver calibre 38, de sua propriedade, e efetuou um disparo em direção da vítima; (...) que cometeu o crime para se defender; que não tinha a menor intenção de assassinar a vítima; (...). Interrogatório em Juízo, fls. 102/102v.



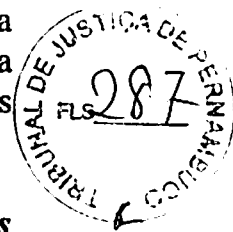
“ (...) que na verdade o revólver foi um calibre 38; que havia adquirido a arma na feira do troca de Cavaleiro, há algumas semanas (...) que ia para o Totó, para um aniversário e, ao descer a ladeira, já próximo avistou a vítima, quando esta se levantou e disse: “ei fera, vem cá, vamos acertar as contas”; que o acusado atendeu e ao aproximar-se a vítima fez menção de sacar da faca que trazia consigo, colocando a mão no cabo, chegando a puxar a faca; que o interrogando sacou da arma e efetuou um só disparo, soltando a arma e indo embora; (...). Interrogatório em Plenário do Júri, fls. 229/231.

A primeira versão apresentada pelo acusado em sede policial mostra que este agiu com o animus necandi, vez que antes de sair de casa procurou armar-se, e o fez com uma pistola 765, de propriedade de Sandro, filho de um vizinho, justamente com a intenção de procurar a vítima, pois estava aborrecido com a mesma por causa de alguns desentendimentos, inclusive o mais recente teria ocorrido uma semana antes do fato delituoso.

Alega, também, o acusado, ora recorrente, ao ser ouvido em juízo, que ele próprio se aproximou da vítima e a indagou sobre “o porquê toda vez que lhe vê investe contra ele”. Todavia, na sua declaração apresentada em plenário, diz que ia passando casualmente no local, ocasião em que fora abordado pela vítima, que indagou: “ei fera, vem cá, vamos acertar as contas”, tendo ele, acusado, atendido ao chamamento, aproximando-se da vítima, que fez menção de sacar da faca que trazia consigo, instante em que sacou de um revólver calibre 38 e atirou contra a vítima, para se defender.

Ao contrário do que afirma a Defesa, o depoimento prestado pela testemunha presencial Clebson José Batista dos Santos, em sede policial, a qual não foi ouvida em juízo por estar em local incerto e não

sabido, associado às informações apresentadas em juízo pelos irmãos da vítima Edvany Patrícia da Luz e Ednilson José da Luz afastam a alegada excludente de ilicitude de legítima defesa. Vejamos trechos dos depoimentos:



“Que: no dia 29.03.2003, num sábado, por volta das 20:00 horas da noite, estava conversando junto com um grupo de amigos, estando seu irmão o DIÓGENES, que reside no mesmo local, quando apareceu o VADO, de bicicleta e ficou conversando, depois apareceu o conhecido como SÉRGIO, morador da região, com uma arma na mão, pois era como de costume andar armado, que não sabe informar se ultimamente se o mesmo está assaltando na região, mas anda de moto alugada; Que esse Sérgio apareceu aproximou-se do grupo com a arma na mão, indo ao encontro do VADO, tendo o Vado perguntado porque ele estava com aquela arma na mão? Respondeu o Sérgio dizendo que era porque ele estava com uma faca, então o Vado levantou a camisa e mostrou que não estava armado com nenhuma faca e quando o Vado deu boabeira, olhando para o outro lado, o Sérgio apontou a arma na cabeça e atirou contra o VADO, o matando, depois subiu a ladeira andando com a arma na mão, fato esse visto por todos, quando chegou lá em cima, o Sérgio disse que tinham mais dois para morrerem!! Seguindo em direção à casa dele, que é no Alto da Bela Vista (...). Testemunha Clebson José Batista dos Santos (fl.42).

“ lido pelo MM Juiz as declarações prestadas pelo depoente à autoridade policial que consta a fls. 15 dos autos, o depoente as ratifica integralmente; (...) que as pessoas de Clebson José Batista dos Santos e Cleibson José Batista dos Santos, irmãos gêmeos contaram ao depoente que viram o réu assassinar a vítima; que tais pessoas narraram à autoridade policial que presenciaram o réu assassinar a vítima; que um dos irmãos é falecido, tendo sido assassinado acerca de dois ou três meses; (...) que anteriormente houve um desentendimento entre acusado e vítima; que a vítima chegou a chamar o acusado para brigarem; que isso ocorreu dias antes; que a vítima era viciada em cheirar cola; que o réu teria desacatado a vítima, tendo a mesma partido para a briga, mesmo o réu estando armado; que não ouviu nenhum comentário de que no momento do crime a vítima

estivesse armada; que o depoente pode informar que os comentários são de que Sérgio sempre andava armado e gostava de confusões (...). Ednilson José da Luz (fl. 129) – irmão da vítima.



“(...) que o crime lhe foi contado por um dos dois irmãos gêmeos não sabendo a depoente se o Geibson ou o Clebson; que um deles lhe contou que presenciou o réu assassinado a vítima; que um deles foi assassinado acerca de três ou quatro meses; que o seu irmão, vítima, não estava armado; que a depoente assim que soube que o mesmo estava baleado foi até o local e apanhou os pertences do mesmo, tendo constatado que não havia nenhuma arma; que apanhou um tubo de cola e carteira com documentos; que ninguém sabia informar se a vítima estava morta ou não (...) que a vítima faleceu cerca de vinte minutos após dar entrada no hospital; que a depoente pode informar que já presenciou o réu metido em uma briga e pôde perceber que o mesmo encontrava-se armado (...)”. Edvany Patrícia da Luz, (fl. 130) – irmã da vítima.

No tocante a tese da Defesa, no sentido de que todas as acusações e afirmações sustentadas pela Promotoria se prendeu a fase do período inquisitório, faço minhas as palavras da ilustre Procuradora de Justiça Dra. Eleonora de Souza Luna (fl. 264):

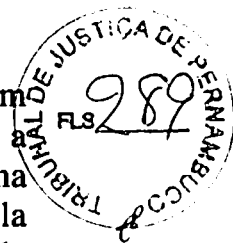
“O depoimento da testemunha GLEBSON, que prestou suas declarações apenas perante a autoridade policial, não teve sua versão contrariada em Juízo por qualquer outra prova.”

Ademais, o Conselho de Sentença não está adstrito a prova judicializada, podendo se utilizar, na sua livre convicção, de qualquer prova existente nos autos, inclusive de elementos colhidos no inquérito policial.

Quanto às testemunhas arroladas pela defesa, as mesmas não presenciaram o delito e nada esclareceram sobre o fato, apenas confirmaram que realmente havia uma desavença entre o ofendido e o acusado (fls. 164/166).

A presença da qualificadora foi bem reconhecida pelos jurados, pois o crime foi cometido mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido, tendo em vista que o mesmo foi acolhido de forma repentina,

conforme ficou demonstrado após análise dos relatos das testemunhas bem como do Laudo de Perícia Tanatoscópica de fl. 31, que informa que a vítima foi atingida por um disparo na “região” parotideo-masseterina direita, apresentando orla de escoriação, bordas invertidas, aréola equimótica, contusão e enxugo com características de orifício de entrada de tiro a “distância”, como mostra a fotografia de fl. 32.



Assim, o Conselho de Sentença não julgou de forma contrária às provas dos autos, mas sim decidiu por uma das teses que lhe foram apresentadas.

Isto posto, nego Provimento ao apelo, e ratifico a decisão proferida pelo Conselho de Sentença.

Recife, 21 de março de 2019.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Revisor